Uma vez que eu estigmatizo a precariedade e a inadequação das construções jurídicas no domínio do direito público, falando das hesitações e das incertezas metodológicas que ameaçam transformar a dogmática jurídica seja em Sociologia, seja em Psicologia, é estranho acreditar que quero precaver-me contra a tentativa de uma crítica sociológica da dogmática jurídica feita do ponto de vista marxista.

Tal precaução endereçar-se-ia, em primeiro lugar, a mim mesmo. As linhas que provocaram o espanto de Razumovskij, e que ele explica pela minha representação insuficiente do caráter da análise marxista, reportando-se, contudo, às conclusões da dogmática jurídica burguesa, que perde confiança na estrutura de suas concepções desde que se afasta da relação de troca (no sentido amplo do termo). Talvez eu devesse mostrar, por uma citação explícita, que esta frase relativa ao "perigo que ameaça a dogmática jurídica" é uma alusão às lamentações de um filósofo burguês do direito. Estas lamentações não se relacionam, certamente, à crítica marxista (esta ainda não inquietava o espírito dos "juristas puros"), mas às tentativas da dogmática jurídica burguesa visando a mascarar a estreiteza de seu próprio método com empréstimos de Sociologia e da Psicologia. Mas eu estava longe de pensar que alguém poderia ver em mim um "jurista puro", com a alma mortificada pelas ameaças que a crítica marxista faz pesar sobre a dogmática jurídica burguesa.

Capítulo Quatro

MERCADORIA E SUJEITO

Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, seu elemento mais simples, indecomponível. Por isto começaremos nossa análise pelo sujeito.

1. Razumovskij não concorda comigo em que a análise do conceito de "sujeito" deva servir de fundamento ao estudo da forma jurídica. Esta categoria da sociedade burguesa desenvolvida parece-lhe, primeiramente, muito complexa e, em segundo lugar, não lhe parece que ela caracterize os períodos históricos anteriores. Segundo ele, é "o desenvolvimento da relação fundamental de toda sociedade de classe" que deve servir de ponto de partida.¹ Esta seria, como diz Marx na sua *Introdução Geral*, propriedade que, a partir da apropriação, se desenvolve de fato e, em consequência desta, em propriedade jurídica.² Razumovskij, todavia, ao mostrar as vias deste desenvolvimento, chegou à conclusão de que a propriedade privada, como tal, somente forma no processo de desenvolvimento, só se torna propriedade privada, no sentido moderno do termo, no interior deste processo, e desde que esta propriedade se acompanha não apenas "da possibilidade de livre posse", mas também "da possibilidade de alienação".³ Mas também significa que a forma jurídica, no seu estágio desen-

1. I. P. Razumovskij, *Problemy marksistskoj teorii prava* (Problemas da teoria marxista do Direito), Moscou, 1925, p. 18. Ver nota 6 do capítulo um.

2. Cf. K. Marx, *Introdução Geral*, op. cit., p. 212.

3. Razumovskij, op. cit., p. 114.

volvido, corresponde precisamente às relações sociais burguesas capitalista. É claro que as formas particulares de relações sociais não suprimem estas próprias relações e as leis que lhes servem de fundamento. Assim, a apropriação de um produto no interior de uma dada formação social e graças às suas formas é um fato fundamental, ou, se quisermos, uma lei fundamental. Mas esta relação só assume a forma jurídica da propriedade privada em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho que lhe é correspondente. Razumovskij cret que, ao fundamentar a minha análise no conceito de sujeito, elimino, desta forma, de meus estudos as relações de domínio e servidão, enquanto que, em realidade, a posse e a propriedade estão indissoluvelmente ligadas a estas relações. Não pretendo, de forma alguma, contestar este vínculo. Afirmito, apenas, que a propriedade somente se torna fundamento da forma jurídica enquanto livre disposição de bens no mercado. A categoria sujeito serve, então, precisamente, como expressão geral desta liberdade. O que significa, por exemplo, a propriedade jurídica da terra? "Simplemente, diz Marx, que o proprietário rural pode usar da terra como qualquer possuidor de mercadoria pode usar de suas mercadorias."⁴ Por outro lado, o capitalismo transforma precisamente a propriedade fundiária feudal em propriedade fundiária moderna, liberando-a inteiramente das relações de domínio e servidão. O escravo é totalmente subordinado ao seu senhor e é precisamente por esta razão que esta relação de exploração não necessita de nenhuma elaboração jurídica particular. O trabalhador assalariado, ao contrário, surge no mercado como livre vendedor de sua força de trabalho e é por isso que a relação e exploração capitalista se mediatiza sob a forma jurídica de contrato. Eu creio que estes exemplos são suficientes para colocar em evidência a importância decisiva da categoria sujeito na análise da forma jurídica.

As teorias idealistas do direito desenvolvem o conceito de sujeito a partir desta ou daquela idéia geral, isto é, de

4. Karl Marx, *O Capital*, L. III, cap. XXXVII, trad. francesa.

uma maneira puramente especulativa: "o conceito fundamental do direito é a liberdade (...). O conceito abstrato de liberdade é a possibilidade de se determinar a qualquer coisa (...). O Homem é o sujeito de direito porque possui a possibilidade de determinar-se, porque possui uma vontade."⁵ Igualmente em Hegel "a personalidade contém principalmente a capacidade de direito e constitui o fundamento (ele próprio abstrato) do direito abstrato, em consequência formal. O imperativo de direito é então: seja uma pessoa e respeite os outros como pessoas."⁶ E mais adiante: "O que é imediatamente diferente do espírito livre, e considerado este como em si, é a extrinsecidade em geral: uma coisa, qualquer coisa de não livre, sem personalidade e sem direito."⁷

Mais adiante veremos em que sentido a oposição entre a coisa e o sujeito nos fornece a chave para compreender a forma jurídica. A dogmática jurídica, ao contrário, serve-se deste conceito sob seu aspecto formal. Para ela o sujeito não é nada mais do que um "meio de qualificação jurídica dos fenômenos, do ponto de vista de sua capacidade ou incapacidade em participar das relações jurídicas."⁸ A dogmática jurídica, por conseguinte, não coloca de forma alguma a questão de porque o homem se transformou de indivíduo zoológico em sujeito de direito. Ela parte da relação jurídica como uma forma acabada, dada *a priori*.

A teoria marxista, ao contrário, considera historicamente toda forma social. Ela, portanto, se propõe por tarefa explicar as condições materiais, historicamente determinadas, que tenham feito desta ou daquela categoria uma realidade. As premissas materiais da comunidade jurídica ou das relações entre os sujeitos de direito foram definidas, pelo próprio Marx,

5. G. F. Puchta, *Kursus der Institutionen*, Leipzig, 1950, t. I, p. 4-9.

6. F. Hegel, *Princípios da filosofia do direito*, Leipzig, 1821, trad. francesa na coleção Idéias, Gallimard, Paris, 1940, p. 84. Há tradução portuguesa (N. do T.).

7. *Idem*, p. 88. (N. do T.: Versão extraída da tradução portuguesa: Guimarães Editores, trad. Orlando Viçorino, [s.d.], p. 65).

8. Cf. Rozhdzestvenskij, *Teoria subektivnych publiknych pravo (Teoria do direito público subjetivo)*, p. 6.

no primeiro tomo de *O Capital*, mas apenas *en passant*, sob a forma de indicações muito gerais. Estas indicações, contudo, contribuem muito mais para a compreensão do momento jurídico nas relações humanas do que qualquer tratado volumoso sobre teoria geral do direito. A análise da forma sujeito, em Marx, decorre imediatamente da análise da forma mercadoria.

A sociedade capitalista é antes de tudo uma sociedade de proprietários de mercadorias. Isto significa que as relações sociais dos homens no processo de produção possuem uma forma coisificada nos produtos do trabalho que se apresentam, uns em relação aos outros como valores. A mercadoria é um objeto no qual a diversidade concreta das propriedades úteis torna-se, simplesmente, o envólucro coisificado da propriedade abstrata do valor, que se exprime como capacidade de ser trocada em uma proporção determinada em relação a outras mercadorias. Esta propriedade se exprime como uma qualidade inerente às próprias coisas, em virtude de um tipo de lei natural que age independente dos homens, de maneira totalmente indiferente às suas vontades.

Mas se a mercadoria adquire o seu valor independentemente da vontade do sujeito que a produz, a realização do valor, no processo de troca, pressupõe, ao contrário, um ato voluntário, consciente, de parte do proprietário da mercadoria, ou, como diz Marx: "As mercadorias não podem por si próprias ir em ao mercado nem trocar-se entre si. Precisamos, então, voltar a nossa atenção para os seus guardiães e condutores, isto é, para os seus possuidores. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem nenhuma resistência ao homem. Se elas não estão com boa vontade, ele pode empregar a força, em outros termos, apoderar-se delas."⁹

Assim, o vínculo social entre os homens no processo de produção, vínculo reificado nos produtos do trabalho e sob a forma de uma legalidade elementar, exige, para a sua rea-

9. K. Marx, *O Capital*, I, cap. II, p. 95, Ed. Brasileira: São Paulo, Nova Cultural, 1988, 3.ª ed., p. 79 e seq.

lização, uma relação particular entre os homens enquanto indivíduos que dispõem de produtos, enquanto sujeitos cuja "vontade habita nas próprias coisas".¹⁰ "O fato de que os bens econômicos contêm trabalho é uma propriedade que lhes é inerente; o fato de que eles podem ser trocados é uma segunda propriedade que só depende de seus proprietários, com a única condição de que estes bens sejam apropriáveis e alienáveis."¹¹ Eis por que, ao mesmo tempo em que o produto do trabalho reveste as propriedades da mercadoria e torna-se portador de valor, o homem torna-se sujeito de direito e portador de direitos.¹² "A pessoa cuja vontade é declarada determinante é o sujeito de direito."¹³

A vida social, ao mesmo tempo, se desloca, por um lado, para uma totalidade de relações reificadas, nascendo espontaneamente (como o são todas as relações econômicas: nível de preços, taxa de mais-valia, taxa de lucro, etc.), isto é, relações nas quais os homens não têm outra significação senão que a de coisa e, por outro lado, para uma totalidade de relações nas quais o homem somente é determinado na medida em que se opõe a uma coisa, quer dizer, é definido como sujeito. Esta é precisamente a relação jurídica. Tais são as formas fundamentais que, originariamente, distinguem uma da outra, mas que, ao mesmo tempo, condicionam-se mutuamente e estão estreitamente ligadas entre si. O vínculo social enraizado na produção apresenta-se simultaneamente sob duas for-

10. K. Marx, *O Capital*, I, cap. II, p. 95.

11. R. Hillding, *Köln-Bewerke: Marx-Kritik*, Wien, 1904, p. 54.

12. O homem enquanto mercadoria, isto é, escravo, torna-se re-finamente sujeito, desde que surja como indivíduo dispoendo de coisas mercadorias e participe da circulação (cf. sobre o direito dos escravos, quando da conclusão dos contratos no direito romano: I. A. Pokrowski, *Istoria rimskogo prava [História do direito romano]*, t. II, 2ª ed., Petrogrado, 1915, p. 294). Na sociedade moderna, ao contrário, o homem livre, quer dizer, o proletário, quando procura, enquanto tal, um mercado para vender sua força de trabalho, é tratado como um objeto, tal sob a dependência das leis de integração, sob o golpe das proibições, fixação de quantidades, etc., que regem as outras mercadorias introduzidas no interior das fronteiras estatais.

13. B. Windscheid, *Lehrbuch des Pandektenrecht*, t. I, Frankfurt, 1906, § 49.

mas absurdas, de um lado, como valor mercantil e, do outro, como capacidade do homem ser sujeito de direito.

Assim como a diversidade natural das propriedades úteis de um produto só aparece na mercadoria sob a forma de simples inólcuro de seu valor e como as variedades concretas do trabalho humano se dissolvem no trabalho humano abstrato, como criador de valor, igualmente a diversidade concreta da relação do homem com a coisa aparece como vontade abstrata do proprietário e todas as particularidades concretas, que distinguem um representante da espécie *Homo sapiens* de outro, se dissolvem na abstração do homem em geral, do homem como sujeito de direito.

Se a coisa domina economicamente o homem, porque ela coisifica, a título de mercadoria, uma relação social que não está subordinada ao homem, este, em resposta, reina juridicamente sobre a coisa, porque, ele próprio, na qualidade de possuidor e de proprietário, não é mais do que uma encarnação do sujeito de direito abstrato, impessoal, um puro produto das relações sociais. Segundo os termos de Marx: "Para colocar estas coisas em relação umas com as outras, a título de mercadoria, os seus guardiães devem, eles próprios, se colocarem em relação entre si a título de pessoas cuja vontade habita nestas mesmas coisas, de tal forma que a vontade de um é também a vontade do outro e que cada um se apropria da mercadoria estranha, abandonando a sua, através de um ato voluntário comum. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados."¹⁴

Evidentemente que a evolução histórica da propriedade enquanto instituição jurídica, compreendendo todos os diversos modos de aquisição e proteção da propriedade, todas as modificações relativas aos diversos objetos, etc., não se consumou de maneira tão ordenada e coerente como a dedução lógica acima mencionada. Mas somente esta dedução deve dar-nos o sentido geral do processo histórico.

Após ter caído em uma dependência do escravo face às relações econômicas que nasceram à sua frente sob a forma de lei do valor, o sujeito econômico recebe, por assim dizer,

14. K. Marx, *O Capital*, I, cap. II, p. 95. Ver nota 9.

em compensação, agora, enquanto sujeito jurídico, um presente singular: uma vontade juridicamente presumida que o torna totalmente livre e igual entre os proprietários de mercadorias. "Todos devem ser livres e ninguém deve entrar a liberdade dos outros. Cada um possui o seu corpo como livre instrumento de sua vontade."¹⁵ Tal é o axioma do qual partem os teóricos do direito natural; e esta idéia de isolamento, de voltar-se sobre si próprio, da pessoa humana, desde "estado natural", de onde decorre "o conflito da liberdade até o infinito", corresponde adequadamente à produção mercantil na qual os produtores são formalmente independentes uns dos outros e somente estão vinculados entre si pela ordem jurídica artificialmente criada. Esta própria condição jurídica, ou, para empregar as palavras do mesmo autor, "a existência simultânea de numerosas criaturas livres, que devem todas ser livres e cuja liberdade não pode entrar a liberdade dos outros", não é mais do que o mercado idealizado, transposto para as nuvens da abstração filosófica e liberado da grosseira empiria, na qual se encontram os produtores independentes, pois, como nos ensina um outro filósofo: "no contrato comercial, as duas partes fazem o que querem e cada parte não exige para si mais liberdade do que aquela que concede à outra."¹⁶

A crescente divisão do trabalho, a melhoria das comunicações e o consecutivo desenvolvimento da troca fazem do valor uma categoria econômica, quer dizer, a encarnação das relações sociais de produção que dominam o indivíduo. Mas isto necessita que os diferentes atos acidentais de troca transformem-se em uma circulação ampliada e sistemática de mercadorias. Neste estágio de desenvolvimento, o valor distingue-se das avaliações ocasionais, perde o seu caráter de fenômeno psíquico individual e adquire uma significação econômica objetiva. As condições reais são necessárias, igualmente, para que o homem se transforme de indivíduo zoológico em um sujeito de direito abstrato e impessoal, em uma pessoa jurídica. Estas condições reais são, de um lado, o estreitamento dos vínculos sociais e, de outros, a crescente pujança

15. F. G. Fichte, *Rechtslehre*, Leipzig, 1912, p. 10.

16. H. Spencer, *Social statics*, Londres, 1851, cap. XIII.

da organização social, isto é, da organização de classe que atinge o seu apogeu no Estado burguês "bem ordenado". A capacidade de ser sujeito de direito destaca-se, então, definitivamente da personalidade concreta, viva, deixa de ser uma função de sua vontade consciente, eficaz, e torna-se uma simples propriedade social. A capacidade de agir se abstrai da capacidade jurídica, o sujeito de direito um *double* na pessoa de um representante é adquire ele próprio a significação de um ponto matemático, de um núcleo no qual se concentra um certo número de direitos.

A propriedade burguesa capitalista deixa, conseqüentemente, de ser uma posse flutuante e instável, uma posse puramente de fato, que pode ser contestada a todo instante e que deve ser defendida de armas na mão. Ela se transforma em um direito absoluto, estável, que segue a coisa em todos os lugares a que o acaso a atire e que, desde que a civilização burguesa estendeu a sua dominação sobre todo o globo, é protegida no mundo inteiro pelas leis, pela polícia e pelos tribunais.¹⁷

17. O desenvolvimento do pretensão direito de guerra não é outra coisa além de uma consolidação progressiva do princípio da inviolabilidade da propriedade burguesa. Até a época da Revolução Francesa a população civil era pilhada sem limites nem escrúpulos, tanto pelos seus próprios soldados como pelos do inimigo. Benjamin Franklin foi o primeiro a proclamar em 1785 o princípio político pelo qual nas guerras futuras "os camponeses, os artesãos e os comerciantes devem poder continuar pacificamente as suas ocupações sob a proteção das partes beligerantes". Rousseau fixou, como regra, no *Contrato social* que a guerra deve ser travada entre os Estados, mas não entre os cidadãos desses Estados. A legislação da Convenção punia muito severamente a pilhagem praticada por soldados, tanto em seu próprio país como no estrangeiro. Somente em 1899, em Haia, é que os princípios da Revolução Francesa foram erigidos em direito internacional. A equidade nos obriga a mencionar que Napoleão experimentou certos escrúpulos ao decretar o Bloqueio continental e que ele houve por bem justificar esta medida, em suas mensagens ao Senado, "que em conseqüência das hostilidades entre os soberanos faz sofrer prejuízo aos interesses de pessoas privadas" e "lembra as barbáries dos séculos passados", quando da última guerra mundial, ao contrário, os governantes burgueses learam abertamente, sem nenhum escrúpulo, os direitos de propriedade dos cidadãos das duas partes beligerantes.

Neste estágio de desenvolvimento, a pretensa teoria voltiva dos direitos subjetivos começa a se revelar inadequada à realidade.¹⁸ Prefere-se definir o direito em sentido subjetivo como "a parte de bens que a vontade geral atribui e garante a uma pessoa". A capacidade de querer e de agir não é requisitada nesta pessoa. A definição de Dernburg, bem entendido, aproxima-se bastante do universo intelectual dos juristas modernos que operam com a capacidade jurídica dos deficientes mentais, dos recém-nascidos, das pessoas jurídicas, etc. A teoria da vontade, em compensação, equivale, em suas últimas conseqüências, à exclusão das categorias mencionadas, da relação dos sujeitos de direito.¹⁹ Dernburg está, sem nenhuma dúvida, muito mais perto da verdade, ao conceber o sujeito de direito como um fenômeno puramente social. Mas, por outro lado, vê-se muito claramente por que o elemento da vontade joga, na construção do sujeito de direito, um papel tão essencial. É isto que Dernburg, em parte, também vê quando afirma que "os direitos, em sentido subjetivo, existem historicamente muito antes da formação de um sistema estatal consciente de si próprio. Eles estavam fundamentados na personalidade dos indivíduos e sobre o respeito que eles souberam ganhar e impor pelas suas pessoas e seus bens. Foi somente pela abstração que se pôde formar progressivamente, a partir da concepção de direitos subjetivos existentes, o conceito de ordem jurídica. A concepção segundo a qual os direitos, em seu sentido subjetivo, são apenas a emanção do direito em seu sentido objetivo, é, portanto, não histórica e falsa."²⁰ Evidentemente, somente aquele que não possui apenas uma vontade mas que devesse também uma parte importante do poder poderia "ganhar e impor o respeito". Contudo, como a maior parte dos juristas, Dernburg tem igualmente a tendência a tratar o sujeito de direito enquanto "personalidade em geral", isto é, como uma categoria eterna situada fora das condições históricas determinadas. Deste ponto de

18. Cf. H. Dernburg, *Pandekten*, t. I, Berlin, 1902, § 39.

19. Cf. em relação às pessoas jurídicas: Bittz, *Pandekten*, t. II, p. 984.

20. H. Dernburg, *op. cit.*, § 39.

vista, o que é próprio do homem, como ser animado e produzido de vontade racional, é ser sujeito de direito. Em realidade a categoria sujeito do direito é evidentemente abstratizada do ato de troca que ocorre no mercado. É precisamente neste ato de troca que o homem realiza praticamente a liberdade formal de autodeterminação. A relação do mercado transfere esta oposição entre o sujeito e o objeto em um significado jurídico particular. O objeto é a mercadoria, o sujeito é o proprietário de mercadorias que delas dispõe no ato de apropriação e de alienação. É precisamente no ato de troca que o sujeito manifesta, primeiramente, toda a plenitude de suas determinações. O conceito, formalmente mais acabado, de sujeito, que doravante abrangerá apenas a capacidade jurídica, afasta-nos muito mais do significado histórico real desta categoria jurídica. É por isso que é tão difícil aos juristas renunciar ao elemento voluntário ativo em suas construções dos conceitos de "Sujeito" e de "Direito subjetivo".

A esfera de domínio que envolve a forma do direito subjetivo é um fenômeno social que é atribuído ao indivíduo da mesma forma que o valor, outro fenômeno social, é atribuído à coisa enquanto produto do trabalho. O fetichismo da mercadoria é completado pelo fetichismo jurídico.

As relações entre os homens no processo de produção possuem em um determinado estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas parecem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro lado, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém iguais: como relações entre sujeitos de direito. Ao lado da propriedade mística do valor surge um fenômeno não menos enigmático: o direito. Ao mesmo tempo a relação unitária e total possui dois aspectos abstratos e fundamentais: um aspecto econômico e um aspecto jurídico. No desenvolvimento das categorias jurídicas a capacidade de efetuar atos de troca é apenas uma das diversas manifestações concretas da capacidade jurídica e da capacidade de agir. Historicamente, todavia, o ato de troca faz consolidar a idéia do sujeito como portador de todas as pretensões jurídicas possíveis. É apenas na economia mercantil que nasce a forma jurí-

dica abstrata, em outras palavras, que a capacidade geral de possuir direitos se separa das pretensões jurídicas concretas. Só a contínua transferência de direitos que ocorre no mercado cria a idéia de um portador inmutável destes direitos. No mercado, aquele que obriga, obriga-se simultaneamente. A todo momento ele passa da condição de credor à de obrigado. Assim foi criada a possibilidade de abstrair-se as diferenças concretas entre os sujeitos de direito e englobá-los sob um único conceito genético.²¹

Da mesma forma que os atos de troca da produção mercantil desenvolvida foram precedidos por atos ocasionais e de formas primitivas de troca, tais como, por exemplo, as doações recíprocas, igualmente, o sujeito de direito, com a esfera de domínio jurídico que se estende à sua volta, foi precedido historicamente pelo indivíduo armado, ou, mais freqüentemente, por um grupo de homens (gens, horda, tribo), capaz de defender no conflito, na luta, o que para ele representa as suas próprias condições de existência. Esta estreita relação morfológica criou um vínculo evidente entre o tribunal e o duelo entre as partes de um processo e os protagonistas de uma luta armada. Mas com o crescimento das forças sociais reguladoras, o sujeito perde a sua concretização material. Em lugar de sua energia pessoal, surge a força da organização social, ou seja, da organização de classe, que enfrenta a sua expressão mais alta no Estado.²² A abstração

21. Na Alemanha, isto ocorreu apenas no momento da implantação do direito romano, como demonstra, a propósito, a inexistência de um termo alemão para os conceitos de "pessoa" e de "sujeito de direito" (cf. O. Gierke, *Das Deutsche Genossenschaftsrecht*, 3 vol., Berlin, 1873; vol. 2: *Geschichte des deutschen Körperschaftsbegriffs*, p. 30).

22. A partir deste momento a figura do sujeito de direito começa a não parecer mais o que ele é na realidade, isto é, o reflexo de uma relação que nasce sob os olhos dos homens, mas parece ser uma invenção artificial da razão humana. Mas as próprias relações tornou-se tão habituais que parecem ser condições indispensáveis de toda comunidade. A idéia de sujeito de direito é uma construção artificial com a mesma significação para a teoria científica do direito, que possui a idéia do caráter artificial do dinheiro para a economia política.

impessoal de um poder estatal agindo no espaço e no tempo com regularidade e continuidade ideal corresponde, então, ao sujeito impessoal e abstrato do qual é o reflexo.

Este poder abstrato tem um fundamento bastante real na organização do aparelho burocrático, do exercício permanente, das finanças, dos meios de comunicação, etc. A condição prévia de todo este conjunto é o desenvolvimento correspondente das forças produtivas. Mas, antes de se utilizar dos mecanismos estatais, o sujeito apóia-se sobre a estabilidade e a continuidade orgânica das relações. Assim como a repetição regular do ato de troca constitui o valor em uma categoria geral, que se eleva acima da avaliação subjetiva e de proporções ocasionais de troca, assim também a repetição regular destas mesmas relações — o uso — confere um novo sentido à esfera subjetiva de domínio, dando um fundamento à sua existência por uma norma externa. O uso, ou a tradição, enquanto fundamento supra-individual das pretensões jurídicas, corresponde à estrutura feudal com seus limites e rigidez. A tradição ou o uso é por essência qualquer coisa que está compreendida em uma área geográfica determinada, bastante restrita. Eis por que cada direito só se relaciona com um sujeito concreto ou a um grupo limitado de sujeitos. No mundo feudal, cada direito era um privilégio, diz Marr. Cada cidade, cada estado social, cada corporação vivia segundo o seu próprio direito, o qual seguia o indivíduo onde quer que ele fosse. A idéia de um estatuto jurídico formal, comum a todos os cidadãos, a todos os homens, era completamente estranha àquela época. Esta situação correspondia, no âmbito econômico, a unidades econômicas fechadas, auto-suficientes, e à proibição de importação e de exportação, etc.

“Jamais a personalidade possuiu um conteúdo inteiramente idêntico. Originalmente, o Estado, a propriedade, a profissão, o medo, a idade, o sexo, a força física, etc. Levaram a uma desigualdade tão profunda da capacidade jurídica que não se via, além destas diferenças concretas, nas quais a personalidade permanecia, apesar de tudo, idêntica a ela mesma.”²³

23. O. Gierke, *op. cit.*, p. 35.

A igualdade dos sujeitos somente era pressuposta para relações compreendidas em esfera relativamente pequena. Assim, os membros de um mesmo estado social, na esfera dos direitos dos estados, os membros de uma corporação eram iguais na esfera dos direitos corporativos. Nesta etapa o sujeito de direito só aparece como portador abstrato de todas as pretensões jurídicas concebíveis na qualidade de titular de privilégios concretos.

“No fundo, a proposição do direito romano, segundo a qual a personalidade é, em si, igual e a desigualdade apenas a consequência de uma regra de exceção do direito positivo, não se impôs atualmente, seja na vida jurídica, seja na consciência jurídica.”²⁴

Dado que na Idade Média não havia o conceito abstrato de sujeito de direito, a idéia de uma norma objetiva endereçada a um círculo indeterminado e amplo de pessoas confundia-se, igualmente, com a instituição de privilégios e de liberdades concretas. No século XIII ainda não se encontra nenhum traço de representação clara da diferença existente entre direito objetivo e direito subjetivo, ou possibilidade jurídica. Nos privilégios e nos forais concedidos pelos imperadores e príncipes às cidades, encontra-se, a cada momento, a confusão entre esses dois conceitos. A forma habitual do estabelecimento de uma regra ou de uma norma geral é o reconhecimento de qualidades jurídicas a um determinado espaço territorial ou a uma parte da população. A célebre fórmula: *Statibus machthrei* (o ar cidadão torna livre) tinha igualmente este caráter, e a supressão dos direitos judiciais foi também realizada da mesma forma. Ao lado de tais disposições, os direitos dos cidadãos à utilização das florestas principescas ou imperiais foram concedidos de maneira semelhante.

No direito municipal pode-se observar a mesma mistura de momentos subjetivos e objetivos. As cartas urbanas eram, em parte, regulamentos gerais e, em parte, a enumeração de direitos ou privilégios particulares atribuídos a grupos de determinados cidadãos.

24. *Id.*, *ib.*, p. 34.

Apenas com o completo desenvolvimento das relações burguesas é que o direito assumiu um caráter abstrato. Cada homem torna-se um homem em geral, cada trabalho torna-se trabalho social útil em geral, cada indivíduo torna-se um sujeito de direito abstrato.²⁵ Ao mesmo tempo a norma assume, igualmente, a forma lógica acabada de lei geral abstrata.

O sujeito de direito é, em consequência, um proprietário abstrato e transposto para as nuvens. Sua vontade, em sentido jurídico, possui seu fundamento real no desejo de alienar na aquisição e de adquirir na alienação. Para que esse desejo se realize é necessário que os desejos dos proprietários de mercadorias concordem reciprocamente. Juridicamente esta relação exprime-se como contrato, ou como acordo entre vontades independentes. E por isso que o contrato é um conceito central no direito. Dito de maneira mais enfática: o contrato representa um elemento constitutivo da idéia de direito. No sistema lógico de conceitos jurídicos, o contrato nada mais é do que uma variedade do ato jurídico em geral, isto é, nada além do que um dos meios de manifestação concreta da vontade com a ajuda da qual o sujeito age na esfera jurídica que o cerca. Histórica e concretamente, o conceito de ato jurídico é, ao revés, extrairdo do de contrato. Fora do contrato os conceitos jurídicos de sujeito e vontade não são mais do que abstrações mortas. E apenas no contrato que tais conceitos existem autenticamente. Ao mesmo tempo, a forma jurídica, em seu aspecto mais simples e mais puro, recebe, igualmente, no ato de troca, um fundamento material. O ato de troca concentra, por conseguinte, como um foco os momentos essenciais da economia política e do direito. Na troca, como diz Marx, "a relação de vontade ou

25. "Uma sociedade na qual o produto do trabalho geralmente toma forma de mercadoria, e, onde, em consequência, a relação mais geral entre os produtores consiste em comparar os valores de seus produtos e, sob esta capa de coisas, em comparar os seus trabalhos privados com trabalho humano igual, uma tal sociedade encontra no cristianismo, com seu culto ao homem abstrato e, sobretudo, nos seus tipos burgueses, protestantismo, deísmo, etc., o complemento religioso mais conveniente." (Karl Marx, *O Capital*, I, cap. I, pp. 90-91. Ed. brasileira: São Paulo, Nova Cultural, 3.ª ed., 1988, p. 45 e seqs.).

relação jurídica é dada pela própria relação econômica". Uma vez nascida, a idéia de contrato tende a adquirir significação universal. Os possuidores de mercadorias, antes de se reconhecerem mutuamente como proprietários, já eram proprietários, mas em sentido diferente, orgânico, extrajurídico. "O reconhecimento recíproco" é uma tentativa de explicar, com a ajuda da fórmula abstrata do contrato, as formas orgânicas de apropriação, que repousam sobre o trabalho, a conquista, etc., que a sociedade de produtores, desde seu nascimento, já encontra constituídas. A relação entre o homem e a coisa é, em si, destruída de qualquer significação jurídica. E isto que os juristas percebem quando tentam dar à instituição da propriedade privada o significado de uma relação entre sujeitos, ou seja, entre homens. Mas constroem essa relação de maneira puramente formal e negativa, como uma proibição geral que exclui, à exceção do proprietário, de todos os outros indivíduos o direito de usar e gozar dela.²⁶ Certamente esta concepção é suficiente para os fins práticos da dogmática jurídica, mas é completamente inutilizável para a análise teórica. Nessas proibições abstratas, o conceito de propriedade perde toda a sua significação concreta e se separa de sua própria história pré-jurídica.

Mas se a relação orgânica, "natural", do homem com a coisa, ou seja, a apropriação, forma o ponto de partida genérico do desenvolvimento, a transformação desta relação em uma relação jurídica ocorre sob a influência de necessidades

26. Neste sentido, por exemplo, B. Windscheid, *Lehrbuch des Pandektenrecht*, Frankfurt, 1906, t. I, § 38, parágrafo do fato de que o direito só pode existir entre pessoas e uma coisa, conclui: "o direito real só conhece proibições. O conteúdo da vontade que determina o direito real é um conteúdo negativo; aqueles que se encontram em face do titular do direito devem abster-se de agir sobre a coisa e não devem, com seu comportamento, obstruir a ação do titular do direito sobre ela. A conclusão lógica desta maneira de examinar o problema é tirada por Schlossmann (*Der Vertrag*), que considera o conceito de direito real unicamente como um "meio terminológico auxiliar". H. Derburg (*Pandektenrecht*, tomo I, parágrafo 22, notas) sustenta, no contrário, o ponto de vista segundo o qual "mesmo a propriedade, que se afigura como o mais positivo de todos os direitos, juridicamente não é mais do que um simples conteúdo negativo".

Assim, apenas o desenvolvimento do mercado cria a necessidade e a possibilidade de transformação do homem, que apropria-se das coisas pelo trabalho (ou pela espoliação), em proprietário jurídico. Entre essas duas fases não existem fronteiras claras. O "natural" passa imperceptivelmente para o "jurídico", da mesma maneira que o roubo à mão armada está estreitamente ligado ao comércio.

Karner tem outra concepção da propriedade. Segundo a sua definição, "a propriedade é, *de jure*, o poder que a pessoa A tem de dispor da coisa N, a relação nua entre um indivíduo e uma coisa natural que não diz respeito a *nenhuma outro indivíduo* (sublinhado por mim, E. P.) e a nenhuma outra coisa; a coisa é uma coisa privada, o indivíduo um indivíduo privado, o direito é um direito privado. É assim que igualmente se passam as coisas no período da produção mercantil simples".³¹

Toda esta passagem demonstra uma falsa compreensão do problema. Karner reproduz aqui as "robinsonadas" em vigor. Mas, pergunta-se, por que dois Robinsons, que ignoram mutuamente as suas existências, concebem suas relações com as coisas *juridicamente*, ao passo que esta relação é inteiramente uma *relação de fato*. Este direito de homem isolado merece ser colocado ao lado do famoso valor do "copo d'água no deserto". Tanto o valor quanto o direito de propriedade são engendrados por um único e mesmo fenômeno: pela circulação dos produtos transformados em mercadoria. A propriedade jurídica nasce, não porque veio à idêia dos homens se atribuírem reciprocamente tal qualidade jurídica, mas porque eles não podem trocar mercadorias sem vestirem a máscara jurídica. "O poder ilimitado de dispor da coisa nada mais é do que o reflexo da circulação ilimitada das mercadorias".

sobre a vontade comum dos homens vivendo em comunidade. Esta vontade, em caso de necessidade, contemplará o respeito ao contrato pela violência" (*id.*, p. 293).

31. J. Karner (pseudônimo de Karl Renner), *Die soziale Funktion der Rechtsinstitute, besonders des Eigentums*, in: *Marx-Studien*, t. 1 1904, p. 173.

Karner percebe que "vem à idêia do proprietário exercer a função jurídica da propriedade, alienando a coisa".³² Porém, ele não vê, de modo algum, que o "jurídico" começa exatamente quando esta função é "exercida"; enquanto esta não existe, a apropriação não passa de simples apropriação natural, orgânica.

Karner reconhece que "a compra e venda, o empréstimo, o crédito, a locação também existiram outrora, mas com extensão, subjetiva e objetiva, restrita".³³ Com efeito, essas diversas formas jurídicas de circulação dos bens existiram tão precocemente que já se encontrava uma formulação precisa do empréstimo e do empréstimo com garantia, antes mesmo da própria elaboração da fórmula jurídica da propriedade. Este simples fato nos fornece a chave para compreender corretamente a natureza jurídica da propriedade.

Karner, ao contrário, cre que o homem, antes mesmo de comprar, de vender ou hipotecar coisas e independentemente disso, já era proprietário. As relações que ele menciona parecem-lhe ser apenas "instituições auxiliares, acessórios que preenchem as lacunas da propriedade pequeno-burguesa". Em outros termos, ele parte da representação de indivíduos totalmente isolados, aos quais veio a idêia (não sabe por quê) de criar uma "vontade geral" e, em nome desta vontade geral, ordenar a todos que se abstenham de tocar nas coisas que pertencem a outrem. Após o que, esses Robinsons isolados decidem — tendo reconhecido que o proprietário não pode ser considerado como ser universal, nem enquanto força de trabalho, nem enquanto consumidor — completar a propriedade com as instituições de compra, venda, empréstimos, crédito, etc. Este esquema puramente racional inverte a evolução real das coisas e dos conceitos.

Karner simplesmente reproduz o sistema de interpretação do direito das *Pandectas* que leva o nome de Hugo Heyse e cujo ponto de partida é, igualmente, o homem que se submete aos objetos do mundo exterior (direito real), para, em segui-

32. *Id.*, *ib.*, p. 175.

33. *Id.*, *loc. cit.*

da, passar à troca de serviços (direito das obrigações) e finalmente às normas que regulam a situação do homem como membro de uma família e o destino de seus bens após sua morte (direito de família e direito das sucessões). A relação do homem com uma coisa que ele próprio produziu, ou furtou, ou que constituiu também uma parte de sua personalidade (jóias, armas), representa sem nenhuma dúvida, historicamente, um elemento do desenvolvimento da propriedade privada. Representa a forma originária, bruta e limitada dessa propriedade. Mas a propriedade privada somente assume um caráter acabado e universal com a passagem à economia mercantil ou, mais exatamente, à economia mercantil capitalista. Ela, então, torna-se indiferente ao objeto e rompe todo o vínculo com as sociedades humanas orgânicas (gens, família, comunidade). Ela surge em sua significação universal como "círculo exterior de liberdade" (Hegel), quer dizer, como realização prática da capacidade abstrata de ser sujeito de direito.

Sob a forma puramente jurídica a Propriedade, logicamente, tem poucas coisas em comum com o princípio orgânico e natural de apropriação privada como o resultado de um desdobramento da força pessoal ou como condição de um consumo e de um uso pessoal. A relação do proprietário com a propriedade é — uma vez que toda a realidade econômica fragmentou-se no âmbito do mercado — abstrata formal, condicionada e racionalizada, agora uma relação do homem com o produto de seu trabalho, por exemplo, um pedaço de terra cultivada pelo seu trabalho pessoal, representa algo de elemtar e compreensível, mesmo para o pensamento mais primitivo.³⁴

Se estas duas instituições, a apropriação privada como condição do uso pessoal livre, e a apropriação privada como condição da alienação ulterior no ato de troca, se unem uma à outra por um vínculo direito, elas constituem categorias diferentes, e o termo "propriedade" cria, em relação aos dois,

34. Eis por que os defensores da propriedade privada gostam particularmente de apelar para esta relação elementar, pois sabem que a força ideológica dessa relação ultrapassa em muito sua significação econômica para a sociedade moderna.

mais confusão do que certeza. A propriedade fundiária capitalista não pressupõe qualquer modalidade de vínculo orgânico entre a terra e seu proprietário. Aliás, ela não é concebível sem a sua transferência inelutavelmente livre de uma mão à outra.

O próprio conceito de propriedade fundiária surgiu juntamente com a propriedade fundiária e alienável. Os fundos de terra comuns das pastagens comunais não eram, em sua origem, propriedade de uma pessoa jurídica (tal conceito não existia) mas eram utilizados pelos membros da *Marka* enquanto pessoa coletiva.³⁵

A propriedade capitalista é, no fundo, a liberdade de transformação do capital de uma forma à outra, a liberdade de transferência do capital de um círculo a outro, tendo em vista auferir o maior lucro possível sem trabalhar. Esta liberdade de dispor da propriedade capitalista é indispensável sem a existência de indivíduos despojados de propriedade, isto é, de proletários. A forma jurídica da propriedade não está em contradição com a expropriação de um grande número de cidadãos, pois a condição de ser sujeito de direito é uma condição puramente formal. Ela define todas as pessoas como igualmente "dignas" de serem proprietárias, não obstante não as torne proprietárias. Esta dialética da propriedade capitalista está exposta de maneira grandiosa em *O Capital*, de Marx, seja quando ela assume a forma jurídica "imutável", seja quando ela é fragmentada pela violência (no período da acumulação primitiva). As pesquisas de Kanner, sob este ângulo, oferecem pouca novidade, se comparadas ao tomol de *O Capital*. Mas onde Kanner quer ser original, semeia a confusão. Já demonstramos a sua tentativa de abstrair a propriedade do momento que a constituiu juridicamente, da troca. Esta concepção, puramente formal, acerta um outro erro ao examinar a passagem da propriedade pequeno-burguesa para a propriedade capitalista, Kanner declara que "a instituição da propriedade conheceu um rico desenvolvimento em tempo relativamente curto, sofreu uma transformação completa,

35. O. Gierke, *op. cit.*, p. 146.

sem que fosse modificada em sua natureza jurídica,"³⁶ e conclui, logo em seguida, que "a função social das instituições jurídicas muda, sem que se modifique a sua natureza jurídica".

Pergunta-se: a quais instituições se refere Karner? Se se trata da fórmula abstrata do direito romano, nada poderia mudar nela. Mas esta fórmula só regulou a pequena propriedade na época das relações burguesas capitalistas. Se, ao real da época da servidão, encontrarmos uma série de normas restringindo o direito da propriedade. Certamente pode-se objectar que estas restrições foram todas de natureza jurídico-pública e que elas não tocaram à instituição da propriedade como tal. Mas, neste caso, a afirmação se reduz ao que se segue: que uma fórmula abstrata determinada é igual a ela mesma. Por outro lado, as formas de propriedade feudal e corporativa, ou seja, formas limitadas de propriedade, já manifestavam a sua função: a abstração do trabalho não pago. A propriedade da produção mercantil simples que Karner opõe à forma capitalista de propriedade é uma abstração tão evidente como a própria produção mercantil simples. Pois a transformação de uma parte dos produtos em mercadorias e o surgimento do dinheiro criam as condições para o surgimento do capital usurário que, segundo a expressão de Marx, "faz parte com o capital comercial, seu irmão gêmeo, das formas antediluvianas do capital, que precedem longamente o modo de produção capitalista e se reencotram nas diversas estruturas sociais mais diversas, do ponto de vista económico".³⁷ Nós podemos concluir, em consequência, contrariamente a Karner, que as normas modificam-se, mas a função social permanece inmodificada.

Em razão da evolução do modo de produção capitalista, o proprietário destaca-se, progressivamente, das funções técnicas da produção e, assim, perde o domínio jurídico total sobre o capital. Em uma sociedade comercial, o capitalista individual só possui um título relativo à uma quota-parte

determinada, obtendo uma retirada sem trabalhar. Sua atividade económica e jurídica enquanto proprietário é quase inteiramente limitada ao consumo improdutivo. A massa principal do capital torna-se uma força de classe impessoal. Na medida em que esta massa de capital participa da circulação mercantil, o que supõe a autonomia de suas diferentes partes, estas partes autónomas aparecem como propriedade de pessoas jurídicas. Em realidade é um grupo relativamente restrito de grandes capitalistas que dispõem de grande massa de capital e que, ademais, não operam directamente, mas por intermédio de representantes ou procuradores estipendiados. A forma jurídica distinta da propriedade privada não reflete mais a real situação das coisas, sendo certo que, por métodos de participação e controle, etc., a dominação efectiva se estende muito além dos quadros simplesmente jurídicos. Aproximamo-nos, então, do momento em que a sociedade capitalista se encontra madura para transformar-se no seu contrário. A condição política indispensável para tal transformação é a revolução de classe do proletariado.

Porém, antes desta transformação, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, edificado sobre o princípio de livre concorrência, transforma este princípio em seu contrário. O capitalismo monopolista cria as premissas de um outro sistema económico no qual o movimento de produção e da reprodução social se realiza, não por meio de contratos particulares entre unidades económicas autónomas, mas graças a uma organização centralizada e planificada. Esta organização é criada pelos *trusts*, *cartéis* e outras uniões monopolistas. A simbiose, observada durante a guerra entre as organizações capitalistas privadas e as organizações estatais, em um poderoso sistema de capitalismo de Estado, burguês representa uma realização destas tendências. Esta transformação prática na vida jurídica não poderia passar despercebida na teoria. Na aurora de seu desenvolvimento, o capitalismo industrial envolveu o princípio de subjevidade jurídica em uma certa auréola, exaltando-o como uma qualidade absoluta da personalidade humana. Presentemente, começa-se a considerar este princípio como uma simples determinação técnica que

36. J. Karner, *op. cit.*, p. 166.

37. Karl Marx, *O Capital*, L. III, cap. XXXVI.

permite "delimitar os riscos e as responsabilidades" ou então são apresentados, unicamente, como uma hipótese especulativa, desituída de qualquer fundamento real. Como esta tendência desfere seus golpes contra o individualismo, adquiriu a simpatia de diferentes marxistas que pensaram encontrar nela elementos de uma nova teoria "social" do direito correspondente aos interesses do proletariado. Tal juízo certamente, testemunha uma posição puramente formal em relação ao assunto, sem considerar-se que as teorias mencionadas não fornecem nenhum ponto de partida para uma verdadeira concepção sociológica das categorias individualistas do direito burguês e que, além do mais criticam este individualismo não do ângulo da concepção proletária do socialismo, mas do ponto de vista da ditadura do capital financeiro. A significação social destas doutrinas é a justificação do Estado imperialista moderno e que este empregou especialmente durante a última guerra. A justifica-se assim, porque não é espantoso que um jurista americano obegue, sobre a base dos ensinamentos da última guerra mundial, a guerra mais reacionária e mais criminosa da história moderna, a conclusões de ressonância "socialista": "os direitos individuais à vida, à liberdade, à propriedade não possuem nenhuma espécie de existência absoluta ou abstrata; são direitos que só existem do ponto de vista legal, porque o Estado garante-os, e que, em consequência, são inteiramente subordinados ao poder do Estado".³⁸

A tomada do poder político pelo proletariado é a condição fundamental do socialismo. Mas a experiência mostrou que a produção e a distribuição organizadas e planificadas não podem substituir imediatamente, da noite para o dia, as trocas mercantis e a ligação das diferentes unidades econômicas pelo mercado. Se isto fosse possível, a forma jurídica da propriedade estaria, também, superada historicamente. Ela teria encerrado o seu ciclo de desenvolvimento, retornando ao seu ponto de origem: aos objetos de uso individual e imediato;

38. Trata-se da Primeira Guerra Mundial (N. do T.).

39. E. A. Harriman, "A propriedade inibida na América", in: *The American Journal of International Law*, 1924, t. 1, p. 202.

isto é, ele deveria estar transformado em uma relação elementar da prática social. Mas, assim, a forma jurídica em geral estaria condenada à morte.⁴⁰ Enquanto não for resolvida a tarefa de edificação de uma economia planificada única, enquanto perdurar o vínculo do mercado entre as diferentes empresas e grupos de empresas, a forma jurídica igualmente perdurará. Também não é necessário mencionar que a forma da propriedade privada dos meios de produção na pequena economia camponesa e artesanal permanece praticamente inalterada no período de transição. Mas, igualmente, na grande indústria nacionalizada a aplicação do princípio do "cálculo econômico" significa a formação de unidades autônomas cujo vínculo, com as outras unidades econômicas, é mediado pelo mercado.

Na medida em que as empresas estatais estão submetidas às condições da circulação, as suas inter-relações não assumem a forma de uma coordenação técnica, mas a de contratos. E a regulamentação puramente jurídica das relações torna-se, portanto, igualmente possível e necessária. E mais, a direção imediata, a direção técnico-administrativa, que indubitavelmente se reforça com o tempo, igualmente subsiste pela subordinação a um plano econômico geral. Assim nós temos, de um lado, uma vida econômica que se desenvolve em categorias econômicas naturais e relações sociais entre unidades de produção que surgem sob um forma racional, não mascarada (isto é, sem a forma mercantil). A isto correspondem métodos de diretas imediatas, quer dizer, de determinações técnicas sob a forma de programas, de planos de produção, de distribuição, etc. Tais diretas são concretas e mudam continuamente, à medida que se transformam as condições. Por outro lado, temos mercadorias circulando sob a forma de valor e, por conseguinte, uma ligação entre as unidades econômicas, que se exprime sob a forma de contrato. A isto corresponde, então, a criação de

40. O processo ulterior de superação da forma jurídica limitar-se-ia à passagem progressiva da distribuição do equivalente (para uma certa soma de trabalho uma certa soma de produtos sociais) à realização da fórmula do comunismo desenvolvido: "a cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade".

limitações e regras formais jurídicas entre sujeitos autônomos (código civil e talvez o código comercial), e a criação de órgãos que ajudem a realizar praticamente essas relações, regulamentando os litígios (tribunais, juízos arbitrais). É evidente que a primeira tendência não oferece qualquer perspectiva para o desbrochar da disciplina jurídica. A vitória progressiva desta tendência significará o desaparecimento da forma jurídica em geral. Pode-se objetar que um programa de produção é, também, uma norma de direito público, uma vez que procede do poder estatal, que possui uma força de coerção e que cria direitos e obrigações, etc. Certamente que, na medida em que a nova sociedade é edificada sobre os elementos da antiga sociedade, isto é, a partir de homens que concebem os vínculos sociais apenas como meios para seus fins privados, as simples diretivas técnicas racionais revestir-se-ão igualmente da forma de uma força estranha ao homem e situada, acima dele. O homem político será ainda um "homem abstrato, artificial", segundo a expressão de Marx. Mas, quanto mais as relações mercantis e o incentivo do lucro forem sendo radicalmente suprimidos da esfera da produção, mais rápido sorrá a hora desta libertação definitiva de que Marx falou em seu ensaio sobre *A Questão Judaica*: "somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *forças próprias* como *forças sociais* e quando, portanto, já não separe de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana".⁴¹

Tais são as perspectivas de um futuro distante. No que concerne ao nosso período de transição, devemos indicar o que se segue. Se a época da dominação do capital financeiro anônimo, as oposições de interesse entre os diferentes grupos capitalistas (que dispõem de seu capital e do capital alheio) subsistem, ao contrário, no capitalismo de Estado proletário,

não obstante a sobrevivência da troca de mercadorias, as oposições de interesses são suprimidas no interior da indústria nacionalizada, e a separação ou autonomia dos diferentes organismos econômicos (segundo o modelo de autonomia da economia privada) só é mantida como método. Desta maneira as relações econômicas quase privadas que nascem entre a indústria estatal e as pequenas economias, assim como entre as diferentes empresas e grupos de empresas no interior da própria indústria estatal, são mantidas em limites muito estritos, que são determinados a cada momento pelos sucessos obtidos no âmbito da direção econômica planificada. É por isso que a forma jurídica enquanto tal não contém em nosso período de transição estas possibilidades limitadas que a ela se oferecem na sociedade burguesa capitalista em seu início. Ao contrário, fechamos temporariamente seu horizonte limitado; ela somente existe para esgotar-se definitivamente.

A tarefa da teoria marxista consiste em verificar estas conclusões gerais e em prosseguir o estudo dos dados históricos concretos. O desenvolvimento não ocorre de maneira igual na sociedade. Eis por que um trabalho minucioso de observação, de comparação e de análise é indispensável. Somente quando tivermos estudado a fundo o ritmo e a forma da supressão das relações de valor na economia e ao mesmo tempo o desaparecimento dos momentos jurídicos privados na estrutura jurídica e finalmente a dissolução progressiva da própria superestrutura jurídica condicionada por estes processos fundamentais, é que poderemos dizer que explicamos pelo menos um aspecto do processo de edificação da cultura sem classes do futuro.

41. Karl Marx, *A Questão Judaica*, São Paulo, Ed. Moraes, [s/d.], p. 52 (N. do T.).